

# *Sinicon quer reativação do setor*

A criação de um programa trienal de obras públicas sustentado por recursos orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional e sem a interveniência de ministérios, principalmente do Planejamento, é o ponto básico do documento que o Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação (Sinicon) enviará a Tancredo Neves, com a finalidade de tirar do setor uma capacidade ociosa da ordem de 70%.

A informação foi prestada ontem, no Rio, pelo presidente da entidade, João Lagoeiro Barbará, ao afirmar que "chegou a hora de elaborar medidas que façam o governo respeitar a lei, reduzindo o seu arbítrio na interpretação daquilo que é certo ou errado para a sociedade". Esse excesso de arbítrio, na sua opinião, faz com que o governo retire recursos importantes de setores produtivos e geradores de mão-de-obra para apli-

cá-los em programas monetários, como giro da dívida interna.

Mesmo assim, o presidente do Sinicon disse que a formulação das prioridades econômicas e sociais do País é uma prerrogativa do governo, a níveis federal, estadual e municipal, e dos políticos, "que têm o direito de interpretar os anseios nacionais, desde que com base em princípios altamente democráticos".

Lagoeiro Barbará não soube explicitar o volume da dívida do setor público para a construção, estimada em mais de Cr\$ 1 trilhão, "porque no mês de dezembro último ocorreu maciço pagamento de atrasos, de forma que ainda não é possível ter uma situação detalhada dos débitos". Mas destacou a atuação do Ministério dos Transportes, cujos órgãos e empresas a ele subordinados conseguiram passar o ano de 1984 com dívida de Cr\$ 40 bilhões, igual a do exercício anterior, mesmo com um

orçamento contido em Cr\$ 1,2 trilhão.

Após ressaltar que a nível de governo federal as maiores dívidas estão concentradas na Eletrobrás, Siderbrás e Nuclebrás, o presidente do Sinicon previu para o setor situação ainda mais grave este ano, caso o novo governo não altere as metas estabelecidas pelo atual, que estipulam a transferência de Cr\$ 42 trilhões do orçamento fiscal para o orçamento monetário, contra uma previsão inicial de que as transferências não ultrapassariam Cr\$ 7,5 trilhões.

Segundo explicou, essa alteração na política orçamentária está contida no trabalho a ser entregue ao candidato da Aliança Democrática, porque a sua concretização inviabilizará a retomada dos investimentos públicos, principalmente para o setor da construção, responsável, no País, pelo menor custo para a criação de emprego.